

A Luta Armada e os Exilados do DEBATE

RODRIGO PEZZONIA*

Pode-se dizer que o título desta apresentação, “A luta armada e os exilados do DEBATE”, tem duplo sentido. O primeiro é o que confere aos exilados um papel secundário nas discussões que envolviam os projetos revolucionários armados, já que, para muitos dos que estavam em combate no Brasil, as posições defendidas pelos exilados tinha pouca validade, pois estes estariam fora do “campo de batalha”. Esta posição, como coloca Denise Rollemberg, era compartilhada pelos próprios exilados, que sofreriam com o que Daniel Aarão Reis chama (em depoimento à autora) do “mito da terra”, onde, “... no exterior e, portanto, fora da prática não se devia opinar, e muito menos decidir sobre os rumos da luta. Ao contrário, cabia-lhes esperar as orientações vindas da terra, de quem estava na prática.” (ROLLEMBERG, 1999: 140).

Já em um segundo sentido, este título se refere ao que será mais amplamente discutido nesta fala, que são as posições destacadas pelo coletivo de exilados conhecido como DEBATE, estes, que não se eximiram em opinar, e marcar sua posição de apoio e crítica nas discussões referentes à luta armada brasileira, principalmente nos primeiros anos da publicação de seu órgão de divulgação, a revista *DEBATE: Problemas da Revolução Brasileira*.

DEBATE

A partir de 1968, com o aumento de reações armadas contra o regime militar, e com o recrudescimento da repressão institucionalizada, o exílio cada vez mais se torna uma realidade para jovens brasileiros.

Com o encontro de terra, cultura e costumes estrangeiros, a necessidade de se agrupar para confrontar e compreender esta nova realidade se fez necessário. É neste ambiente que grupos de degredados se constroem em todos os países de acolha dos refugiados brasileiros.

* Doutorando da linha de pesquisa História e Culturas Políticas na Universidade Federal de Minas Gerais (FAFICH-UFMG).

Um desses grupos foi o DEBATE, criado em fins de 1969, início dos 70, por João Quartim de Moraes, teve como objetivo, além dos já citados, ou seja, os de reunir e dar suporte aos exilados que chegavam a todo o momento ao degredo, principalmente na França nos primeiros anos da década de 1970, também se dispunha a discutir as vias pelas quais a revolução poderia ser vitoriosa no Brasil. Mas apenas debater internamente não era suficiente para o grupo, assim, em fevereiro de 1970 nasce a revista *DEBATE: problemas da revolução brasileira*.

È interessante pensarmos que esta tradição de produção de periódicos (em especial revistas) pelas esquerdas vem desde o século XIX, e não apenas pelo espaço de discussão teórica, mas sim, também, pelo uso como instrumento de educação e combate, assim como espaço de vida, de criação de círculos de sociabilidade e amizade (PROCHASSON, 1993). Ainda, de acordo com Sirinelli: “*Em suma, uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão.*” (SIRINELLI, 1996: 249).

Além de um instrumento desta rede de sociabilidade, a DEBATE foi um periódico que acreditamos poder servir de vitrine das preocupações políticas enfrentadas por considerável parcela dos exilados brasileiros naquele período. Tendo seu tempo de existência em 12 anos (1970-1982) e 40 números lançados, a DEBATE perpassou todos os momentos do exílio, adentrando o período pós-anistia – adquirindo sede no Brasil – até seu fim no início dos 80. Entre as discussões realizadas na revista temos as primeiras inserções referentes a temas como democracia, eleições, feminismo, racismo, sindicalismo, entre outros, mas claro, estes assuntos são muito mais vinculados a partir de 1975, momento em que o Brasil passava pela “abertura lenta e gradual” promovida por Ernesto Geisel. Anteriormente, entre os anos de 1970 e 1974, a DEBATE se limitou, quase que totalmente, a discutir o tema que tomava conta das esquerdas dentro e fora do Brasil: a luta armada. Sendo assim, este será o tema do trabalho que apresentamos, ou seja, a partir da análise das páginas da DEBATE nestes quatro anos, identificar qual sua posição em relação a reação armada contra o regime militar brasileiro.

DEBATE e a Luta Armada no Brasil

Como já colocamos, DEBATE nasceu no início de 1970 em meio aos tempos mais duros da ditadura militar. Fazia pouco mais de um ano da edição do Ato Institucional número 5, momento em que as ações armadas contra o regime brasileiro, e por sua vez a repressão promovida pelo mesmo, recrudescem de modo sistêmico. No ano de 1969, ações extraordinárias da esquerda brasileira acabavam por ter repercussão internacional e são festejadas pelas organizações armadas, ou não, dentro e fora do Brasil. Como maior exemplo, temos a captura¹ do embaixador norte-americano por uma célula composta por combatentes da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) em setembro de 1969. Mas em contrapartida foi um ano de perdas irreparáveis para a resistência armada, como por exemplo, a morte de Carlos Marighella em novembro deste mesmo ano.

Assim, foi nesse misto de sucessos e insucessos da esquerda que o boletim foi criado – sempre lembrando que a partir do coletivo – e produziu seus primeiros textos em Paris, em confluência com a resistência armada brasileira.

“Não amamos o debate pelo debate. Por isso importa-nos deixar claro desde o início o que e com quem pretendemos debater.” (DEBATE, nº1, 1970. p.1.) Assim se iniciou o primeiro número do então boletim DEBATE em fevereiro de 1970. As posições de DEBATE no que concerne à luta armada mudaram substancialmente durante esses primeiros anos de existência do coletivo, o que refletiu na produção da revista, exibindo seu processo “evolutivo”. Mas, naquele primeiro momento, principalmente nos dois números de estréia, a DEBATE assumiu o compromisso com a luta armada dizendo que:

Há três anos tinha sentido discutir se era oportuno ou não desencadear a luta armada. Hoje ela está desencadeada e mesmo seus mais resolutos adversários são obrigados ao menos a levá-la em conta em seus cálculos políticos (...) com a transformação oligárquico-militar do regime a guerra revolucionária tornou-se o caminho fundamental da libertação do povo brasileiro e premissa histórica da revolução socialista. (DEBATE, nº1, Fev. 1970. p.1.)

¹ Utilizamos aqui o termo “captura” ao invés de “sequestro” por concordar com Daniel Aarão Reis, que diz: “Sequestro é você assumir um crime. Você está cometendo é uma ação revolucionária.” HÉRCULES 56. Silvio Da-Rin. Documentário. Brasil, 2007.

Mais tarde, o coletivo diria que sua posição de apoio crítico à luta armada naquele momento – assumidamente, mais de apoio do que crítica – teria alguns motivos para acontecer. O primeiro é que, então, as forças mobilizadas em torno dos movimentos armados ainda se encontravam “intactas”, ou pelo menos sob um número de baixas muito pequenas perto do das estatísticas do decorrer de 1970 até 1972. Em segundo lugar, por então não manter maior contato com organizações “massistas” como PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e AP (Ação Popular). E, além disso, ter sido aquele o momento em que se constituiu o que ficou conhecido como “o corpo diplomático da esquerda revolucionária” no exílio, definido pela DEBATE como “*Uma aliança entre diferentes organizações militaristas e grupos ligados a antigos dirigentes do movimento popular*”, além da chegada dos quarenta militantes expulsos a Alger, que contribuiu ainda mais para a “*euforia armada*”. (DEBATE. N°12. Abr. 1973. p. 5-6)

Mas mesmo atestando a existência e a necessidade do tipo armado de resistência ao regime, a DEBATE tentou mostrar independência, deixando claro que seu apoio não era cego às disposições das organizações guerrilheiras, e sim, teria como objetivo ser um palco de discussões sobre os documentos oficiais produzidos pelas organizações armadas, e

... encarar o trabalho revolucionário no plano ideológico não como mera divulgação das ações armadas – como se a teoria revolucionária fosse uma espécie de torcida organizada que se contenta em bater palmas à prática revolucionária – mas como uma efetiva contribuição à agitação, à propaganda e à discussão dos problemas da revolução. (DEBATE, n°1, Fev. 1970. p. 2.)

Aqui, o DEBATE já mostrava a sua disposição em promover discussões voltadas para a teoria e política revolucionárias, em detrimento das concepções meramente práticas da revolução, que apareceram com a ascensão da “nova esquerda”. Aliás, desde a VPR, o fundador da DEBATE já tinha pretensões de privilegiar uma forte imprensa de esquerda, mas como ele mesmo disse, foi tido como “literato” pelos companheiros de organização².

Naquele momento, 1970, acreditava-se que a luta armada já passara por dois momentos distintos: o primeiro, em que a tarefa mais importante seria a de criar

² Entrevista de João Quartim de Moraes concedida a Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho em 18-19/06/1986.

condições mínimas para o desencadeamento da guerra revolucionária, o que teria ocorrido em 1967. E segundo, que acontecera em 1969, onde a luta revolucionária se torna um dado objetivo da conjuntura brasileira, “... em que o problema principal não é mais desencadeá-la, mas de conduzi-la segundo uma justa linha política.” (DEBATE. N°2 Abril, 1970. p. 9). Mas algumas organizações estagnaram no primeiro momento, como descreve o artigo,

... no momento em que a luta armada torna-se um dado objetivo e fundamental da política brasileira, a questão das relações entre as ações clandestinas dos destacamentos de vanguarda e a direção política do movimento popular assume importância decisiva. A manobra estratégica das classes dominantes consiste em isolar a vanguarda armada; a subestimação militarista da política de massas só pode facilitar esse esforço da oligarquia. (DEBATE. N°2. Abril, 1970. p. 9).

Assim, notamos aqui a preocupação que norteou a crítica referente às organizações “vanguardistas” e/ou “militaristas” da esquerda, ou seja, a crença de que o distanciamento das massas, a desorganização política causada pela falta do Partido Revolucionário, e a falta de uma política de união dos comunistas causa o isolamento da força revolucionária, e assim a vitória do regime.

Bem, mas para tentar organizar as ideias, utilizaremos o esquema das “três grandes coordenadas³” por onde divergiam os grupos de esquerda, ou seja, entenderemos o DEBATE dividindo seu pensamento pelo que entende que deveria ser o **caráter, a forma de luta e o tipo de organização** ideal para a vitória da revolução relevando os escritos da revista DEBATE.

Antes de começarmos qualquer análise, temos que ter em mente que o nosso trabalho aqui é identificar o ideal revolucionário deste coletivo de exilados. Queremos dizer com isso, que a DEBATE existiu em um contexto diferente e independente do referente às organizações sediadas no Brasil, ou mesmo suas “sucursais” no exílio. Mas este grupo, assim como qualquer órgão de resistência, teve suas ideias e predileções no que acreditava ser o melhor caminho para se chegar à revolução, e é por isso que conferimos a eles a mesma forma de análise para seu programa.

³ Nos baseando em RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira – Raízes Sociais da Guerrilha Armada*. São Paulo: EDUNESP, 1993.

Assim, em linhas gerais, o **Caráter da Revolução** pode se apresentar de duas formas nas organizações de esquerda: na primeira a revolução aconteceria a partir de etapas; e na segunda esta teria um caráter imediatamente socialista.

Como exemplo máximo de organização “etapista” temos o PCB, este, adepto da teoria da “revolução democrático burguesa”, modelo que tinha como objetivo a união das “classes progressistas” (Burguesia, operários e camponeses) como fase imprescindível para chegada pacífica ao socialismo futuro. Outra organização, que embora criticasse as posições do PCB – já que não acreditava na possibilidade da burguesia progressista ser uma liderança no processo revolucionário - mas também adepta da ideia “etapista” foi a Ação Libertadora Nacional (ALN). Outras organizações - que, assim como a anterior, adepta das armas - foram em maior ou menor grau ligadas ao processo “etapista de revolução” como o PCBR, MNR, RAN e Ala Vermelha do PCdoB.

Por outro lado, havia os que acreditavam que a revolução teria que ter caráter imediatamente socialista, como a VPR, Var-Palmares, MR-8, entre outras, estas de acordo com Ridenti, herdeiras das teorizações da POLOP, e influenciadas pela chamada Teoria da Dependência de Gunder Frank e pelo livro de Caio Prado Junior *A Revolução Brasileira..* Assim, para os “socialistas” não seriam necessárias as etapas, já que estas já estariam superadas.

DEBATE, em seus textos, nos mostra um valor um tanto quanto híbrido no que se refere as suas posições neste tema.

Por um lado, assim como o PCB, tende a valorizar as alianças “com todas as forças que se opõem à ditadura oligárquico-militar” contra o imperialismo, criticando de forma veemente as organizações defensoras do projeto imediato socialista. E isso fica claro, quando identifica o regime ditatorial de “oligárquico-militar”, evidenciando assim, uma aparente aproximação ao ideário do “Partidão”, pois como nos mostra Roberto Schwarz em seu texto *Cultura e Política* de 1972: “... o PC distinguia no interior das classes dominantes um setor agrário, retrógrado e pró-americano, e um setor industrial, nacional e progressista, ao qual se aliava contra o primeiro.” (SCHWARZ, 2009: 12).

Para a DEBATE, um grande problema que estava em voga desde 1964 dizia respeito às posições tomadas acerca das ideias do PCB, onde, a partir daí “... criou-se

uma atmosfera maniqueísta a toda análise que de perto ou de longe lembrasse as do Partidão. (...) Com isso permanecia no nível de negação abstrata da análise do dito partido: a verdade passava ser o contrário do que ele dizia.” (DEBATE. n.º6, 1971. p.

6) E corrobora o que diz, ao falar de um dos dilemas que permeavam as discussões teóricas dos partidos e organizações daquele período, a existência ou não de uma burguesia nacional. O editorial diz:

A tese do “Partidão” de que a burguesia nacional era aliada do proletariado, do campesinato e do conjunto do povo na transformação nacional e democrática de nossa sociedade, esta sim, é uma tese oportunista, uma tese reboquista, uma tese que abandona na teoria e na prática a luta pela hegemonia do proletariado e de seus aliados. Mas inferir aí que a burguesia nacional “não existe”, que não há setores (importantes) que se batem, no seio das classes dominantes, por um desenvolvimento nacional do capitalismo monopolista, que não há setores interessados em transformar o Brasil em grande potência capitalista, é fechar os olhos para a realidade. (DEBATE. n.º6, 1971. p. 7.)

Desta forma, ao mesmo tempo que DEBATE entendia a existência deste forte setor agrário pró-imperialista, jamais pensaria em se aliar com o setor industrial (burguesia nacional), como o PCB o teria feito, ou seja, para os críticos do Partido, levando a classe industrial progressista ao cargo de liderança da “Revolução Democrático-Burguesa”.

De acordo com A. Silva, a tese quanto ao caráter revolucionário do DEBATE é elaborada a partir das experiências teóricas, políticas e ideológicas do coletivo. Para ele é

... incontestável que as tarefas principais da revolução brasileira são as de atacar os três principais inimigos: o imperialismo, a burguesia e o latifúndio. Portanto, deve levar em conta seu aspecto nacional (luta antiimperialista), seu aspecto socialista (luta anticapitalista) e seu aspecto democrático (revolução agrária). Por ser o modo de produção capitalista o modo de produção dominante na sociedade brasileira, por ser a burguesia através da atual ditadura militar, o principal sustentáculo deste “triumvirato”, não vemos como dissociar as tarefas anticapitalistas das demais, criando uma etapa de transição. (DEBATE. n.º11, Jan. 1973. p. 20.)

Mas mesmo sendo contra a ideia de etapa, defendendo um programa “unitário” que vai chamar de “Revolução Socialista Proletária”, se coloca distante daqueles do “Pólo Socialista”.

Embora sustentemos que o caráter da revolução brasileira seja aquele de uma revolução socialista proletária, isso não nos leva a eliminar o peso da revolução nacional (a nação oprimida pelo imperialismo) e o peso da revolução democrática (campesinato explorado pelo latifúndio). (DEBATE. n.º11, Jan. 1973. p. 21)

No documento “Plataforma Política”, o caráter proletário-socialista e democrático da revolução para DEBATE é detalhadamente explicado. Por isso, colocaremos a citação na íntegra.

O proletariado formula seu programa e sua tática, isto é, exprime a maneira coerente e sistemática suas aspirações e objetivos e os meios para realizá-los. Compreende que na situação atual todos os seus esforços, e os de seus aliados devem se concentrar na derrubada da ditadura. Mas não visa derrubar a ditadura para um regime liberal onde os monopólios mantenham sua dominação. Constata simplesmente que a dominação dos monopólios, sem terrorismo policial militar é preferível à dominação dos monopólios com terrorismo policial, e por isso vê como positiva qualquer medida (suspensão da tortura aos presos e suspeitos políticos, revogação do ato 5, abolição do controle policial militar sobre os sindicatos) que paralise, ou ao menos diminua, a repressão criminosa da ditadura militar a serviço dos monopólios. É evidente, no entanto, que ao apoiar as medidas positivas desta ordem, o proletário não abdica ou recua um milímetro sequer de seus objetivos de classe: justamente só as considera positivas na medida em que abram caminho (ainda que esta “abertura” seja uma brecha na fortaleza reacionária) para a democracia. Ora, a democracia é a aliança democrático-camponesa sobre a base de um programa anti-monopolista, e a luta pela democracia se apresenta como processo ininterrompido (sic) de luta de classes contra a autocracia militar, contra os monopólios e tanto contra o imperialismo. Seu primeiro objetivo é a derrubada do regime de autocracia militar e por isso mesmo o programa unitário, que o proletariado deve apresentar hoje a todos os democratas, só será correto se corresponder às aspirações de todos os inimigos da ditadura e se for capaz de lançá-los todos no assalto ao regime. Neste assalto é que se há de forjar a consciência e a organização de que necessita nossa classe operária para realizar a transformação socialista no Brasil. (DEBATE. n°12, Abr. 1973. p. 19)

Nota-se aqui um discurso que, de alguma forma foi muito utilizado a partir da segunda metade dos anos 70. Ou seja, se pensar um fim de ditadura quase que gradual, mas sem etapas definidas, uma posição onde qualquer melhoria que se tivesse seria bem-vinda (suspensão da tortura aos presos e suspeitos políticos, revogação do Ato Cinco, abolição do controle policial militar sobre os sindicatos). Com estas brechas, entende-se (pelo DEBATE) que haveria mais espaço, sendo então facilitada uma maior formação de consciência do proletariado e sua comunhão com seus aliados. Estes que não são esquecidos pelo documento: “... *o programa de democracia revolucionária que deve defender os marxistas no Brasil incluirá, ao lado dos objetivos especificamente proletários, as reivindicações fundamentais de todas as demais classes e camadas sociais exploradas e oprimidas pelo regime de autocracia militar a serviço dos monopólios*” (DEBATE. n°12, Abr. 1973. p. 20)⁴.

⁴ Lembrando que, para Lênin, em texto crítico à Kautsky, não existiria democracia “pura” enquanto

Mas o documento adverte que a democracia não é a conquista de algumas liberdades jurídicas, e não se contenta com um hipotético retorno às instituições republicanas. A democracia a que se refere, é a democracia proletária: *“A democracia dizia Lênin, é a classe operária e o campesinato. A luta pela democracia é a luta de classe que trava o proletariado aliado ao campesinato e a todas as camadas oprimidas pelos monopólios e por seu regime de autocracia militar.”* (DEBATE. n°12, Abr. 1973. p. 18)

Voltando-nos agora para a problemática da **organização revolucionária**, queremos analisar a necessidade ou não de uma estrutura partidária nos moldes marxistas-leninistas clássicos para se fazer a revolução para o DEBATE.

DEBATE, como pode-se notar na fala anterior, tinha sua base teórica muito arraigada aos preceitos de Lênin, desta forma, como não haveria de ser diferente, sempre defendeu a necessidade do “Partido Revolucionário” aos moldes leninistas em seus textos. Tanto isso é verdade, que mais adiante se coloca como núcleo principal da união dos comunistas. São três as condições principais que, interligadas, mostram a posição do DEBATE, ou seja, o coletivo vê como imprescindível a (1) união dos comunistas em torno de um (2) órgão oficial, que é o partido revolucionário, tendo como (3) base as massas. Nas palavras do Coletivo, é *“necessário construir na luta o partido marxista revolucionário em uma vasta frente (e não apenas uma frente de esquerda revolucionária) contra a ditadura e o imperialismo, reunindo todas as forças que se opõe à ditadura oligárquico-militar”* (DEBATE. n°3, Nov. 1970. p. 6).

Duas organizações em especial estão com frequência na berlinda crítica nas páginas da DEBATE, e servem de exemplos para o que acredita ser a maneira errada de se lutar, então as retomaremos:

A ALN foi uma organização fundada por Carlos Marighella que, além do fato de ser uma organização “militarista”, era motivo de crítica para o coletivo DEBATE por ter um caráter descentralizador das ações armadas. Cada grupo tinha a liberdade de efetuar qualquer ação sem prévia autorização de um comando central, desde que tivesse em conformidade com o planejamento estratégico da organização (Autonomia Tática). Como nos relata Jacob Gorender:

existissem classes diferentes, existiria apenas democracia de classe. LENIN, V. “A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky”. IN: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/renegado/cap02.htm>. Acessado em: 09/06/2011.

A organização revolucionária se compõe de grupos com inteira liberdade de iniciativa. Os comandos ou coordenações só existem para articular ações de maior envergadura, que envolvem mais de um grupo. O princípio tático da *ação direta militar* (incluindo o terrorismo) e o princípio organizativo de *grupismo* permitem caracterizar o princípio marighellista como a de um *anarcomilitarismo*.” *Grifos do autor* (GORENDER, 1998: 107)

A ALN, embora crítica ao PCB, não fugia muito das características etapistas, mas divergia do “Partidão”, principalmente no que se refere à posição da burguesia no processo revolucionário, que deveria ser impulsionado por grupos guerrilheiros que estariam afinados com as propostas camponesas e operárias.

Já VPR, antiga organização de João Quartim, radicalizando as posições da ALN, colocava-se absolutamente contrária às ideias pecebistas e acreditava no caráter socialista imediato da revolução. Como já dito, a organização tinha como capital teórico as experiências da revolução cubana, a *Teoria da Dependência* de Gunder Frank, Caio Prado Junior, Celso Furtado, entre outros. A organização, propõe-se a formar uma composição híbrida destes teóricos e teorias, caracterizando-a como “marxismo-leninismo às condições da América Latina”, como bem nos mostra Daniel Aarão Reis Filho:

Assim, a VPR, de pronto, assumiria a sua condição de “marxista-leninista”, demarcando-se do conjunto da esquerda, incapaz de assimilar o “verdadeiro” leninismo. A regeneração da esquerda, deste ponto de vista se faria por uma combinação peculiar de Marx, Lênin, Debray e Guevara. A síntese guerrilha partido exprimiria o acasalamento entre Lenim e Guevara. O exército popular, sendo o destacamento mais avançado da luta de massas, seu “núcleo organizador”, era apresentado como o “embrião do novo partido” marxista Leninista. (AARÃO REIS FILHO, 1990: 91)

Assim, esse “novo marxismo-leninismo” criado pela VPR e a “Autonomia Tática” desenvolvida pela ALN deixavam para um segundo momento dois “detalhes” que eram de extrema importância para o coletivo DEBATE, ou seja, subestimava o lugar do partido “convencional”, nos moldes leninistas, como organismo imprescindível para o projeto revolucionário, e, principalmente, deixavam de lado as massas deste processo, o que, para a DEBATE causaria (ou causou) o isolamento das vanguardas que, por sua vez, levaria ao fracasso do processo revolucionário armado.

Além disso, VPR e ALN trouxeram para as páginas da revista as discussões mais acaloradas. No primeiro caso, um militante em especial era o tempo todo acionado quando o DEBATE queria exemplificar o que não era marxismo ou atitude

revolucionária. Este militante era Jamil Rodrigues (codinome de Ladislav Dowbor), influente membro da VPR e intelectual criador do documento teórico mais importante da luta armada *O Caminho da Vanguarda*. Neste documento, diferente das concepções vistas até aqui pela DEBATE, e por sua vez de Fernando Andrade (codinome de João Quartim), o documento de Jamil, não só traz a tona tudo o que falamos até aqui sobre a Vanguarda Popular Revolucionária – já que é seu documento principal -, como, embora um documento altamente erudito, se rebela quanto à preponderância de posições teóricas em detrimento das práticas, já que, de acordo com Ridenti, para Jamil “*A teoria da revolução brasileira seria fruto natural da prática revolucionária (...) a teoria tinha que ser constituída “na luta”, não em “discussões de gabinete”*”(RIDENTI, 1987: 173).

No caso da ALN, no exílio, um grupo dentro da organização tentou rever os conceitos revolucionários tradicionais de Marighela, e se tornou a *Tendência Leninista dentro da ALN*. Assim, neste intuito, no sétimo número da DEBATE, em 1971, este grupo publicou um documento criticando as posições da Ação Nacional Libertadora chamado *Uma autocrítica Necessária*. Neste documento, a organização dentro da organização se rebelava contra as posições “militaristas” de sua organização, e passaram a requerer a mudança de seu caráter “autonomista” para uma entidade baseada nos aspectos “leninistas” da revolução. Provando assim, na primeira leitura, de grande admiração do grupo DEBATE, levando-o inclusive na apresentação do documento (procedimento que também não era comum) a celebrá-lo como texto que viria em “... *um momento extremamente importante no processo de renovação do movimento marxista e revolucionário no Brasil.*” O grupo DEBATE colocou que neste documento “... *os leninistas da ALN rompem corajosamente com o vanguardismo militarista*”, principalmente no que se referia a não participação das massas na primeira fase da revolução, e também, criticando a “... *tentativa (da ALN) de prosseguir nos erros da guerrilha urbana, que vêm se agravando cada vez mais na medida em que o radicalismo de classe média se tornou ideologia dominante no seio da Resistência Armada.*” Ficou ainda mais evidente a aprovação do grupo quanto a esse documento quando, ao fim da apresentação, foi agraciado com um adjetivo pouco usado para definir a produção daqueles que não faziam parte do grupo, dizendo que “Uma Autocrítica Necessária” para o DEBATE, teria um “caráter profundamente marxista”. Mas como se vê nas discussões posteriores, este festejo dura muito pouco. Embora, a

Tendência tivesse uma visão anti-militarista em vários outros aspectos as opiniões entravam em conflito o que levará este confronto até o número 12 de 1973, onde, de forma sumária, a discussão foi finalizada pela revista. Claro que aí, também já tínhamos a DEBATE em fase de afastamento das concepções armadas de luta.

Por fim, como **“forma de luta”** nestes primeiros quatro anos do periódico, é quanto aquilo que defende, e aquilo que pode fazer pela revolução enquanto um grupo exilado. O Grupo DEBATE, naquilo que podia fazer do exílio, como reagente ao regime militar, não esmoreceu. Foi participante, com mais relevância na figura de João Quartim, dos mais diversos atos e debates referentes às agruras cometidas pelas ditaduras, principalmente as do cone sul, ao lado das mais significativas entidades e personagens daquele período.

No caso específico de posicionamento acerca da luta armada, o DEBATE, num primeiro momento estava, como já dito, em seu apoio, mas de forma crítica em relação às organizações. Este “apoio-crítico” que iniciou os trabalhos do boletim (e do grupo), com o passar dos anos mudou. A cada artigo, a cada número, a cada debate acerca de textos de outros grupos e militantes, o processo de deterioração deste apoio fica mais evidente, até o momento em que se esvai. Vemos que se esvai não apenas por desgaste do próprio debate, mas também por ficar muito evidente, principalmente após a queda de Allende no Chile, que a revolução havia fracassado. Que as baixas de quadros, em sua maioria muito jovens, não valeriam as derrotas ocorridas até ali e que era hora de parar. Quartim, já em 1973, desiludido com a luta armada da forma que estava, ainda ocorrendo, e também com os embates contra aqueles que chamava de militaristas, escreve:

De um modo geral, algumas destas partes ainda refletem um período em que eu – como muitos outros comunistas – considerava que a luta entre marxistas e militaristas era uma espécie de luta interna no seio de um mesmo movimento de luta armada. Mudou o natal e mudei eu. A experiência de luta armada, tal como se desenvolveu concretamente, longe de unir os revolucionários, e especialmente os revolucionários marxistas (sendo estes últimos os únicos combatentes consequentes na luta pela transformação socialista de nossa sociedade) limitou-se a alterar o caráter e as modalidades de seu fracionamento. Ao mesmo tempo, assumiu um conteúdo de classe bastante nítido, deixando de ser a expressão indiferenciada da revolta das classes populares urbanas contra a ditadura, para assumir e veicular o ponto de vista elitista das modernas camadas médias urbanas (...) hoje não cabe mais tentar modificar por dentro os grupos de guerrilha urbana, nem de mostrar o irrealismo de seus projetos de guerrilha rural. Insistir nesta tarefa, já no quinto ano desde o início da resistência armada, seria dar murro em ponta de faca. Aliás, são os militaristas os primeiros a “não querer conversa”

com os marxistas. Se continuamos conversando, é a despeito deles...
(DEBATE. n°9, Abr. 1972. p. 21).

E daí por diante, os trabalhos publicados na DEBATE referentes à luta armada cada vez mais tiveram teor negativo. Ainda em 1973, em seu décimo segundo número, a DEBATE publicou a sua “Plataforma Política”, documento que externa um antigo objetivo do grupo, que é a “... *reunificação dos marxistas leninistas do Brasil num único PARTIDO COMUNISTA, concebido como destacamento mais avançado do movimento operário e revolucionário do Brasil*”. (APUD. ROLLEMBERG, 2007: 301.) Já em 1974, o boletim dizia ter atingido seu objetivo, já que naquele numero (15) todas as matérias teriam sido assinadas pelos seus militantes, dizendo em sua apresentação que:

É com satisfação que constatamos ter reunido ao longo dos quatro anos de existência de DEBATE, os recursos humanos capazes de responder, do ponto de vista revolucionário do marxismo, às grandes preocupações relativas à compreensão do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira e das condições objetivas de sua transformação.
(DEBATE. n°15, Mai. 1974. p.1)

Então, ao mesmo tempo em que revalidavam sua posição de receber contribuições referentes ao chamado de “derrocada militarista”, declaravam explicitamente que o caráter de discussão da luta armada estava ultrapassado. Daí por diante muito pouco foi discutido a respeito das vias armadas da revolução, e a DEBATE começa a se preocupar com uma estratégia de caráter democrático em contraposição aos ideais armados. Como dito anteriormente, preocupações de ordem mais “universalista” se impõem ante aos temas anteriores neste período pós-1974. Novos temas transformam o foco e trazem à tona novos agentes políticos, que, em grande parte, nada mais são do que os próprios exilados, os quais em seu retorno trazem para o Brasil experiências culturais e políticas oriundas de seus países de acolha. Estes ainda, não só transformarão o caráter de reação à ditadura, como também contribuirão ostensivamente para a formação da “Nova República”.

Bibliografia

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ed. Ática, 1998.

PEZZONIA, Rodrigo. *Revolução em DEBATE: O grupo DEBATE, o exílio e a luta armada no Brasil*. Dissertação de Mestrado: IFCH-UNICAMP, 2011.

PROCHASSON, Christophe. *Les intellectuels, le socialisme et la guerre, 1900-1938*, Paris, Seuil, "L'univers Historique", 1993.

RIDENTI, Marcelo. *A Vanguarda Armada e as Massas na Revolução que não Ocorreu*. IN: Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, ANPOCS, 1987.

_____. *O Fantasma da Revolução Brasileira – Raízes Sociais da Guerrilha Armada*. São Paulo: EDUNESP, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: Entre raízes e radares*. São Paulo: Record, 1999.

_____. *Debate no Exílio: Em busca da renovação*. In: (RIDENTI, M.; REIS, D. A.) História do Marxismo no Brasil. Vol. VI. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais* in: RÉMOND, René. Por uma história política: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.